

POLÍTICA ECONÔMICA

Cardoso aceita negociar acordo nacional

Em dois meses, diz ministro, podem ser feitas mudanças na política salarial e na economia

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, no seu longo pronunciamento na reunião ministerial, disse que aceita o desafio de tentar negociar um amplo acordo nacional em torno de uma política salarial que ao mesmo tempo envolva uma estratégia de crescimento econômico e uma reforma fiscal e tributária. "Vamos sair desse dilema", propôs o ministro. "Temos condições de promover o verdadeiro diálogo nacional, um acerto de contas." Segundo Cardoso, se não houver vontade política de combater a inflação, qualquer política salarial adotada pelo governo será "ilusória". "Não se resolve política sa-

larial por decreto."

No intervalo da reunião, Cardoso e o presidente Itamar Franco demonstraram o que consideram uma política ilusória. "Nessas noites todas", os empresários estiveram remarcando preços, o que implicaria uma corrosão de qualquer aumento concedido aos salários dos trabalhadores, disseram. "E não há como controlar preços, porque o Estado foi desmantelado", afirmou Cardoso. O ministro disse que o prazo de dez dias, que resta para que o presidente vete ou sancione o projeto da nova política salarial, não é suficiente para produzir mudanças na economia, mas garantiu que dois meses são.

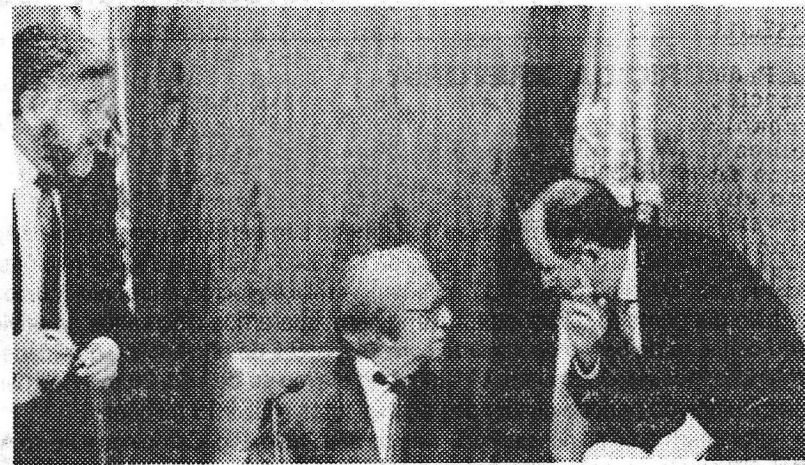
O ministro foi enfático ao destacar que o projeto aprovado pelo Congresso "provoca a impossibilidade de controle das finanças públicas". A sanção da lei, segundo Cardoso, significaria que o País, em vez de combater a inflação, "optou por conviver com ela", já que estenderia a indexação — "um invento maléfico" — para os salários. "Ao indexarmos tudo, teremos dito que a inflação é a regra", acrescentou.

Os discursos dos ministros da Previdência Social, Antônio Britto, e do Trabalho, Walter Barelly, foram afinados com o do ministro da Fazenda. Barelly informou que a estimativa é de que a participação dos salários

na renda nacional cresça este ano 1,6%. Britto destacou que a Previdência não terá condições de pagar o reajuste integral a aposentados e pensionistas, sem aumento dos impostos.

Indefinição — Ao contrário dos sindicalistas, os empresários não definiram o que querem exatamente da nova política salarial. O presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Albano Franco, falou pouco e genericamente. Defendeu a votação de um projeto, em tramitação na Câmara, que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, mas nada falou sobre os 100% aprovados.

Wilson Pedrosa/AE

**Recuperação real**

Itamar na reunião no Planalto: "ilusão" do reajuste mensal terminaria em remarcação geral de preços